



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.202, DE 2025

(Da Sra. Adriana Ventura e outros)

Estabelece requisitos para a indicação de representantes nacionais para órgãos de cúpula de empresas supranacionais de cujo capital social o Estado brasileiro participe.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. ADRIANA VENTURA)

Estabelece requisitos para a indicação de representantes nacionais para órgãos de cúpula de empresas supranacionais de cujo capital social o Estado brasileiro participe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece requisitos para a indicação de representantes nacionais para órgãos de cúpula de empresas supranacionais de cujo capital social o Estado brasileiro participe.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se órgãos de cúpula o Conselho de Administração, a Diretoria, o Conselho Fiscal e qualquer outro órgão da empresa dotado de relevante poder decisório ou prerrogativas de controle interno.

Art. 2º Os indicados para a composição de órgãos de cúpula de empresas supranacionais de cujo capital social o Estado brasileiro participe serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo atender, adicionalmente, aos seguintes requisitos:

I – experiência profissional mínima, aferida por um dos seguintes indicadores:

a) ao menos 10 (dez) anos de atuação, no setor público ou privado, na mesma área de atuação da empresa supranacional ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção;

b) ao menos 4 (quatro) anos de exercício em:

1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa de objeto social semelhante ao da empresa supranacional;



2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE/FCE 13 ou superior, no setor público; ou

3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa supranacional;

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa supranacional;

II – ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e

III – não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 3º é vedada a indicação, para a composição de órgãos de cúpula de empresas supranacionais de cujo capital social o Estado brasileiro participe:

I - de representante do órgão regulador relacionado à área de atuação da empresa supranacional, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na Administração Pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;

II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

III - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IV - de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político administrativa responsável pela indicação ou com a própria empresa supranacional, em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;



V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa responsável pela indicação ou com a própria empresa supranacional.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso I deste artigo estende-se aos parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, das pessoas nele mencionadas.

Art. 4º Os requisitos e vedações de que trata esta Lei não podem ser utilizados como fundamento para afastar a aplicabilidade das normas de composição dos órgãos de cúpula previstas nos atos constitutivos das empresas supranacionais.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As empresas supranacionais que contam com a participação brasileira em seu capital social são pessoas jurídicas internacionais, regidas tão somente pelas normas contidas nos documentos constitutivos, de modo que seu funcionamento não se sujeita à incidência direta das normas brasileiras.

Entretanto, como participante do capital da empresa, o Estado brasileiro muitas vezes detém a prerrogativa de indicar representantes para a composição do corpo diretivo dessas empresas. As pessoas indicadas, para além de atuar nos posicionamentos técnicos dos órgãos de cúpula da empresa supranacional, também servem como verdadeiros representantes da República Federativa do Brasil perante os demais Estados e organismos internacionais.

De fato, uma má atuação dessas pessoas nas funções para as quais foram indicadas pode prejudicar a imagem e a reputação do Brasil em face de toda a ordem internacional, podendo repercutir, até mesmo, em última instância, no desinteresse de outros países em celebrar parcerias futuras com o Estado brasileiro.



Necessário se faz, portanto, que o Brasil possua mecanismos para garantir a integridade nessas indicações – e aí reside o intuito central da presente proposição legislativa, que pretende estabelecer requisitos objetivos e impessoais que assegurem um mínimo de integridade à indicação de representantes nacionais para composição dos órgãos de cúpula de empresas supranacionais de cujo capital social o Estado brasileiro participe.

Para tanto, tomaram-se como inspiração as regras e condicionantes previstas no art. 17 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, por se tratar de marco regulatório que contribuiu “para alinhar as práticas e estruturas de governança corporativa das empresas estatais brasileiras às melhores práticas internacionais”¹.

Não se pretende, com isso, regular a composição de qualquer empresa supranacional – conduta que acabaria por suplantar, de forma indevida, a força normativa de seus atos constitutivos –, mas apenas disciplinar a conduta interna da Administração Pública brasileira na escolha de seus representantes nos quadros diretivos da entidade. Para assegurar tal posicionamento, construiu-se o art. 4º da proposição, o qual assegura que os requisitos aqui tratados “não podem ser utilizados como fundamento para afastar a aplicabilidade das normas de composição dos órgãos de cúpula previstas nos atos constitutivos das empresas supranacionais”.

Entendemos, nesse contexto, ser adequada e pertinente a inovação legislativa ora proposta, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada ADRIANA VENTURA

¹ FONTES-FILHO, Joaquim Rubens. A governança corporativa em empresas estatais brasileiras frente à Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016). In: **Revista do Serviço Público**. Edição especial Repensando o Estado Brasileiro. Nº 69. Brasília, dezembro de 2018, p. 209-237. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/3276/2045/10718>.





Projeto de Lei **(Da Sra. Adriana Ventura)**

Estabelece requisitos para a indicação de representantes nacionais para órgãos de cúpula de empresas supranacionais de cujo capital social o Estado brasileiro participe.

Assinaram eletronicamente o documento CD255388723300, nesta ordem:

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 3 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 4 Dep. Delegado Caveira (PL/PA)
- 5 Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)
- 6 Dep. Caroline de Toni (PL/SC)
- 7 Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)
- 8 Dep. Diego Garcia (REPUBLIC/PR)
- 9 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 10 Dep. Padovani (UNIÃO/PR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

| | |
|--|---|
| LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 | https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1990/leicomplementar64-18-maio-1990-363991-norma-pl.html |
|--|---|

FIM DO DOCUMENTO